



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP



Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Sumário

Relatório da Administração	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	5
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Scotiabank Brasil submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhados das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A administração garante a capacidade financeira do Banco e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular BACEN nº 3.068/01.

Agradecimentos: O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Diretoria Executiva

Balancos Patrimoniais

em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			Passivo		
Circulante	3.530.238	2.541.504	Circulante	2.494.876	1.649.195
Disponibilidades	4.689	8.215	Depósitos	630.378	335.004
Aplicações interfinanceiras de liquidez	840.414	671.634	Depósitos à vista	193	195
Aplicações no mercado aberto	699.882	494.711	Depósitos interfinanceiros	45.875	38.120
Aplicações em depósitos interfinanceiros	140.532	176.923	Depósitos a prazo	584.310	296.689
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.583.549	959.886	Captações no mercado aberto	-	1.000
Carteira própria	598.337	247.719	Carteira própria	-	1.000
Vinculados a operações compromissadas	-	1.003	Recursos de aceites e emissão de títulos	81.617	-
Instrumentos financeiros derivativos	291.854	10.604	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	81.617	-
Vinculados a prestação de garantias	693.358	700.560	Relações interdependências	437	-
Relações interfinanceiras	2.292	6	Recursos em trânsito de terceiros	437	-
Créditos vinculados:			Obrigações por empréstimos	1.261.264	1.012.740
Depósitos no Banco Central	13	6	Empréstimos no exterior	1.261.264	1.012.740
Correspondentes	2.279	-	Instrumentos financeiros derivativos	55.890	201.856
Operações de crédito	147.472	84.630	Instrumentos financeiros derivativos	55.890	201.856
Operações de crédito			Outras obrigações	465.290	98.595
Setor privado	148.053	85.275	Carteira de câmbio	390.303	29.332
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(581)	(645)	Sociais e estatutárias	1.107	1.113
Outros créditos	951.281	816.365	Fiscais e previdenciárias	25.627	59.258
Carteira de câmbio	897.216	661.657	Negociação e intermediação de valores	40.293	1.206
Rendas a receber	3	2	Diversas	7.960	7.686
Negociação e intermediação de valores	2.613	83.164	Exigível a longo prazo	934.585	883.363
Diversos	76.757	74.056	Depósitos	778.512	128.571
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.308)	(2.514)	Depósitos a prazo	778.512	128.571
Outros valores e bens	541	768	Recursos de aceites e emissão de títulos	684	71.720
Despesas antecipadas	541	768	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	684	71.720
Realizável a longo prazo	417.829	482.344	Obrigações por empréstimos	52.818	398.870
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	190.732	190.983	Empréstimos no exterior	52.818	398.870
Carteira própria	33.259	142.998	Instrumentos financeiros derivativos	37.070	253.624
Instrumentos financeiros derivativos	157.473	47.985	Instrumentos financeiros derivativos	37.070	253.624
Operações de crédito	178.315	240.629	Outras obrigações	65.501	30.578
Operações de crédito			Fiscais e previdenciárias	59.705	25.376
Setor privado	178.910	241.537	Diversas	5.796	5.202
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(595)	(908)	Resultados de exercícios futuros	191	9
Outros créditos	48.712	50.521	Resultados de exercícios futuros	191	9
Diversos	48.712	50.521	Patrimônio líquido	521.930	495.700
Outros valores e bens	70	211	Capital:		
Despesas antecipadas	70	211	De domiciliados no exterior	321.122	321.122
Permanente	3.515	4.419	Reservas de lucros	200.697	174.578
Investimentos	6	6	Ajustes de avaliação patrimonial	111	-
Outros investimentos	6	6			
Imobilizado de uso	2.979	3.611			
Outras imobilizações de uso	12.176	13.115			
Depreciações acumuladas	(9.197)	(9.504)			
Intangível	530	802			
Ativos intangíveis	1.121	2.232			
Amortizações acumuladas	(591)	(1.430)			
Total do ativo	3.951.582	3.028.267	Total do passivo	3.951.582	3.028.267

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Receitas da intermediação financeira	171.237	111.917	590.243	
Operações de crédito	23.878	47.663	27.984	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	126.242	245.740	183.752	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(8.964)	(181.486)	174.319	
Resultado de operações de câmbio	30.081	-	204.188	
Despesas da intermediação financeira	(139.757)	(12.638)	(428.696)	
Operações de captação no mercado	(92.650)	(130.892)	(48.773)	
Operações de empréstimos	(27.938)	222.085	(375.220)	
Resultado de operações de câmbio	-	(81.414)	-	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(2.187)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.169)	(22.417)	(2.516)	
Resultado bruto da intermediação financeira	31.480	99.279	161.547	
Outras receitas (despesas) operacionais	(15.316)	(47.243)	(65.115)	
Receitas de prestação de serviços	20.374	25.712	30.289	
Despesas de pessoal	(26.313)	(49.528)	(47.486)	
Outras despesas administrativas	(10.551)	(21.591)	(21.118)	
Despesas tributárias	(4.276)	(7.962)	(30.452)	
Outras receitas operacionais	5.852	7.746	3.856	
Outras despesas operacionais	(402)	(1.620)	(204)	
Resultado operacional	16.164	52.036	96.432	
Resultado não operacional	(3)	(4)	(4)	
Resultado antes da tributação e participações no lucro	16.161	52.032	96.428	
Imposto de renda e contribuição social	(8.003)	(24.290)	(9.833)	
Provisão para imposto de renda	(5.126)	(17.675)	(22.889)	
Provisão para contribuição social	(4.342)	(14.116)	(16.964)	
Ativo fiscal diferido	1.465	7.501	30.020	
Participações no lucro	(1.623)	(1.623)	(1.621)	
Lucro líquido do semestre/exercícios	6.535	26.119	84.974	
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	2,94	11,76	38,25	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Atividades operacionais	27.333	52.001	104.954	
Lucro líquido ajustado	6.535	26.119	84.974	
Lucro líquido do semestre/exercícios	20.798	25.882	19.980	
Ajustes ao lucro líquido	(296)	(377)	1.393	
Despesa (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(296)	(377)	1.393	
Despesa de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	19.465	22.794	1.123	
Depreciações e amortizações	540	1.165	1.681	
Perda na baixa de imobilizado de uso	-	-	3	
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	865	2.189	15.780	
Ajuste ao valor de mercado em ativos financeiros disponíveis para venda	224	111	-	
Varição de ativos e obrigações	483.508	240.409	24.614	
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	136.378	126.895	(78.091)	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(201.281)	(985.932)	(203.902)	
Reversão (aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(9)	(7)	61	
(Aumento) em relações interfinanceiras	(956)	(2.279)	-	
Redução (aumento) em relações interdependências	(63.775)	437	(6)	
Redução (aumento) em operações de crédito	59.133	43.953	(303.761)	
(Aumento) em outros créditos	(331.921)	(200.005)	(411.640)	
Redução (aumento) em outros valores e bens	211	368	(181)	
Aumento em depósitos	655.208	945.315	182.716	
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(100.500)	(1.000)	1.000	
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	5.190	10.581	71.720	
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(79.594)	(97.528)	801.198	
Aumento (redução) em outras obrigações	405.234	399.429	(34.483)	
Aumento (redução) em resultado de exercícios futuros	190	182	(17)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	510.841	292.410	129.568	
Atividades de investimentos	(230)	(261)	(2.396)	
Aquisição de imobilizado de uso	(230)	(261)	(2.396)	
Aplicações no ativo intangível	-	-	(432)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(230)	(261)	(2.828)	
Atividades de financiamentos	510.611	292.149	126.740	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	334.492	552.954	426.214	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	845.103	845.103	552.954	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	510.611	292.149	126.740	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2015	321.122	13.393	76.211	-	410.726
Lucro líquido do exercício	-	-	-	84.974	84.974
Destinações:					
Reserva legal	-	4.249	-	(4.249)	-
Reservas estatutárias	-	-	80.725	(80.725)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	321.122	17.642	156.936	-	495.700
Saldos em 1º de janeiro de 2016	321.122	17.642	156.936	-	495.700
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	111	111
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.119	26.119
Destinações:					
Reserva legal	-	1.306	-	(1.306)	-
Reservas estatutárias	-	-	24.813	(24.813)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	321.122	18.948	181.749	111	521.930
Saldos em 1º de julho de 2016	321.122	18.621	156.936	(113)	515.171
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	224	224
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.535	6.535
Destinações:					
Reserva legal	-	327	-	(327)	-
Reservas estatutárias	-	-	24.813	(24.813)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	321.122	18.948	181.749	111	521.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional:

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 13 de fevereiro de 2017. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito,

estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e longo prazo, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3. Reapresentação do Quadro de Realização do Crédito Tributário:

As demonstrações financeiras do exercício de 2015 anteriormente divulgadas, apresentaram incorreção no que se refere ao prazo de previsão de realização destes créditos, em relação ao estudo técnico utilizado para constituição e manutenção dos mesmos. Com base no exposto, o Banco está retificando a previsão da realização dos créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal, Base Negativa da Contribuição Social e de diferenças temporárias, apresentada nas demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme segue abaixo:

Prazo de Realização	Valores retificados			Valores divulgados anteriormente		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º Ano	4.438	6.261	10.699	8.649	5.631	14.280
2º Ano	753	6.841	7.594	2.037	9.797	11.834
3º Ano	606	3.082	3.688	1.258	756	2.014
4º Ano	130	-	130	208	-	208
5º Ano	6	-	6	13	-	13
6º ao 10º Ano	7.903	-	7.903	1.671	-	1.671
Total	13.836	16.184	30.020	13.836	16.184	30.020
Valor Presente (*)	9.565	13.237	22.802	11.329	13.376	24.705

(*) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada.

Ressalta-se que esta alteração não mudou os valores dos créditos tributários ativados e não gerou nenhum impacto no resultado ou no balanço patrimonial.

4. Descrição das Principais Práticas Contábeis:

a) Apuração de resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários:** O Banco classifica seus títulos e valores mobiliários em títulos para negociação, disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e são valorizados conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068/01, de acordo com as seguintes diretrizes: **• Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo contabilizados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no

resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **• Títulos disponíveis para venda** - São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. **• Títulos mantidos até o vencimento** - São os adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

resultado. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de risco de mercado, em que os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. **e) Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. **f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. **g) Permanente:** Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável; • **Depreciação:** calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo 10% para móveis, equipamentos, sistema de segurança e instalações e 20% para sistema de processamento de dados; e • **Amortização dos ativos intangíveis:** calculada pelo método linear, em até 10 anos. **h) Redução ao valor recuperável:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificadas perdas por *impairment*. **i) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável. O Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias. Com base na Resolução CMN nº 3.059/02 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20 "c"). **k) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos

aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **m) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado dos exercícios em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22). **n) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN 4.424/15, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregado. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 23).

5. Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa:	2016	2015
Disponibilidades	4.689	8.215
Aplicações no mercado aberto	699.882	494.711
Aplicações em depósitos interfinanceiros	140.532	50.028
Total	845.103	552.954

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:	2016	2015
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	Até 3 meses	Total
LFT	699.882	699.882
NTN	120.683	120.683
Aplicações em depósitos interfinanceiros	140.532	140.532
Depósitos interfinanceiros	140.532	176.923
Total	840.414	671.634

7. Títulos e Valores Mobiliários:

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

a) Títulos para negociação:

	2016					2015			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria									
LTN	135.831	245.266	6.535	-	-	387.632	387.268	196.991	197.001
NTN	17.468	-	23.336	11.024	671	52.499	51.684	11.847	12.099
Subtotal	153.299	245.266	29.871	11.024	671	440.131	438.952	208.838	209.100
Vinculados a operações compromissadas									
LTN	-	-	-	-	-	-	-	1.003	1.002
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	1.003	1.002
Vinculados a prestação de garantias									
LTN	-	451.990	97.218	-	-	549.208	546.238	700.560	700.535
Subtotal	-	451.990	97.218	-	-	549.208	546.238	700.560	700.535
Total	153.299	697.256	127.089	11.024	671	989.339	985.190	910.401	910.637

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado com base nos preços dos ativos divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

b) Títulos disponíveis para venda:

	2016			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria				
LTN	49.975	-	49.975	49.982
Subtotal	49.975	-	49.975	49.982
Vinculados a prestação de garantias				
LTN	-	144.150	144.150	143.940
Subtotal	-	144.150	144.150	143.940
Total	49.975	144.150	194.125	193.922

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

c) Títulos mantidos até o vencimento:

	2016			2015	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Custo atualizado/contábil	Custo atualizado/contábil
Carteira própria					
Debêntures	6.775	101.456	33.259	141.490	181.879
Total	6.775	101.456	33.259	141.490	181.879

O Banco registra a estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito das debêntures, observando os mesmos parâmetros de classificação em níveis de risco para operações de crédito, definido pela Resolução CMN nº 2.682/99. Em 31 de dezembro de 2016, o custo atualizado/contábil de R\$ 141.490 está deduzido de provisão para perdas no montante de R\$ 711 e o valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento representava R\$ 142.458 (2015 - R\$ 183.227). O cálculo do valor de mercado para essa categoria é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, que são descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do spread de crédito. Os títulos privados encontram-se custodiados junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").

8. Instrumentos Financeiros Derivativos:

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. As operações de futuros, *swap* e termo de moedas (NDF) são registradas em contas patrimoniais, e de compensação pelo valor do contrato ou valor referencial e estão registradas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa") ou na CETIP. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)
Contratos futuros				
Posição comprada	4.343.747	(40.138)	4.828.533	82.750
DI	99.587	16	208.926	(111)
DDI	3.572.404	(35.352)	4.529.554	81.807
Dólar	671.756	(4.802)	90.053	1.054
Posição vendida	1.119.190	2.152	1.345.799	(768)
DI	861.134	19	1.182.774	294
DDI	258.056	2.133	-	-
Dólar	-	-	163.025	(1.062)
Contratos swap cambial com ajuste periódico				
Posição comprada	40.697	322	-	-
Dólar	40.697	322	-	-

Em 31 de dezembro de 2016, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" no passivo circulante, o montante de R\$ 16 (2015 - R\$ 24), referente a comissões e corretagens a liquidar junto à BM&FBovespa.

	2016		2015	
	Valor de mercado		Valor de custo atualizado	
	Valor referencial	Valor líquido	Valor referencial	Valor líquido
Contratos de swap				
Posição ativa	3.520.891		2.907.921	
CDI	3.520.891	3.520.891	2.907.921	2.933.579
Posição passiva	(3.151.988)		(3.309.222)	
Dólar	(3.151.988)	(3.151.988)	(3.309.222)	(3.305.435)
Termo de moedas				
Posição ativa	509.256		922.135	
Dólar	329.995	159.158	368.885	-
Prefixado	179.261	-	553.250	188.479
Posição passiva	(521.792)		(917.725)	
Dólar	(170.837)	-	(556.370)	(183.431)
Prefixado	(350.955)	(171.694)	(361.355)	-
Total do valor líquido		356.367		(396.891)

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016				2015	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos futuros	665.857	1.540.288	1.425.154	1.831.638	5.462.937	6.174.332
DI	256.740	310.130	182.537	211.314	960.721	1.391.700
DDI	222.534	744.985	1.242.617	1.620.324	3.830.460	4.529.554
Dólar	186.583	485.173	-	-	671.756	253.078
Contratos swap cambial com ajuste periódico	40.697	-	-	-	40.697	-
Dólar	40.697	-	-	-	40.697	-
Contratos de swap	(34.869)	35.930	246.505	121.337	368.903	(401.301)
CDI	134.824	267.442	1.611.092	1.507.533	3.520.891	2.907.921
Dólar	(169.693)	(231.512)	(1.364.587)	(1.386.196)	(3.151.988)	(3.309.222)
Termo de moedas	2.453	(11.207)	(2.848)	(934)	(12.536)	4.410
Dólar	(45.812)	135.798	48.593	20.579	159.158	(187.485)
Prefixado	48.265	(147.005)	(51.441)	(21.513)	(171.694)	191.895

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim compostos:

	2016	2015
Swap	1.033.542	(358.192)
Termo	(26.175)	(30.485)
Futuro	(1.188.581)	562.956
Opções	(272)	40
Total	(181.486)	174.319

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco, estando assim enquadrado nas Circulares BACEN nºs 3.068/01 e 3.082/02. Esses cálculos são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como BM&FBovespa, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. O quadro a seguir demonstra os valores dos contratos designados como instrumentos financeiros de *hedge* e do item objeto de *hedge*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	2016			2015	
	Instrumentos de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>	Instrumentos de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>
Estratégia de <i>hedge</i> de risco de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Hedge de obrigações por empréstimos externos	390.148	393.243	393.829	551.879	559.729
Total	390.148	393.243	393.829	551.879	559.729

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular do BACEN nº 3.082/02. O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado para proteção contra o risco de exposição cambial para pagamentos de principal e dos juros cambiais prefixados, referente à captação de recursos contraídos no exterior. A estrutura da operação é uma combinação de contratos de Futuro DDI utilizados como instrumentos derivativos de *hedge* e de obrigações por empréstimos no exterior captados em moeda norte americana, com vencimentos até dezembro de 2018, designados como item objeto de *hedge* de risco de mercado. O valor a mercado da captação externa, item objeto de *hedge*, leva em consideração as características da operação com relação a taxa de juros e o seu prazo para determinação do valor futuro dos fluxos de caixa, que serão descontados a valor presente pelas taxas de mercado, calculadas com base nos preços negociados na BM&FBovespa.

9. Gerenciamento de Riscos:

Risco operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, reduzir e reportar os riscos da organização, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto a todas as ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pelo departamento de risco operacional, facilitando a disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da diretoria executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação desses riscos. Adicionalmente ao acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional do mês em um relatório enviado aos chefes de área e às diretorias executivas do Banco e do BNS. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo sempre as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de administração e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela diretoria local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN no que se refere à implementação da estrutura de risco de mercado e de liquidez (Resoluções CMN nºs 3.464/07 e 4.090/12). Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193/13. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nºs 2.682/99, 2.844/01, 3.721/09,

e outras), e da filosofia de risco da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito, que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para toda a gama de tomadores, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas pelo Banco, e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco, e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, são revistos semestralmente para riscos de crédito que excedam 5% do patrimônio líquido de referência do Banco. De forma sistemática, a diretoria executiva e as áreas de risco atuam ativamente no gerenciamento dos riscos de crédito, que compreende a aprovação dos limites de crédito individuais, e das respectivas políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e dos testes de estresse, testes esses que visam avaliar a resistência da carteira de crédito a cenários econômicos adversos. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital, está em linha com a política global do BNS, assim como, atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 3.988/11. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e elaboração de relatórios sobre o capital. A diretoria executiva está diretamente envolvida na estrutura de gerenciamento de capital e também é responsável pela revisão e aprovação das políticas internas anualmente. Adicionalmente, ocorre a atuação da diretoria no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por intermédio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito e de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com> (não auditado).

10. Operações de Crédito:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo:

	2016					Total	2015
	Vencidas Acima de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	A vencer De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos		
Setor privado							
Cédula de crédito bancário (CCB)							
Indústria	-	-	45.548	-	-	45.548	50.409
Comércio	-	9.739	18.112	34.436	3.140	65.427	81.917
Outros serviços	-	6.958	46.486	81.334	-	134.778	108.701
Nota de crédito à exportação (NCE)							
Agrícola	-	2.388	10.944	60.000	-	73.332	81.695
Outros serviços	-	-	10.944	-	-	10.944	19.274
Financiamentos à exportação (CCE)							
Comércio	-	-	-	-	-	-	4.090
Financiamento para importação							
Comércio	-	7.878	-	-	-	7.878	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC)							
Indústria	-	319.509	82.615	-	-	402.124	551.726
Comércio	-	158.856	30.170	-	-	189.026	295.196
Comércio	-	160.653	52.445	-	-	213.098	256.530
Rendas a receber de ACC							
Indústria	-	4.282	806	-	-	5.088	4.926
Comércio	-	1.298	83	-	-	1.381	2.118
Comércio	-	2.984	723	-	-	3.707	2.808
Adiantamentos sobre contratos de exportação (ACE)							
Indústria	84.065	63.532	5.614	-	-	153.211	-
Rendas a receber de ACE							
Indústria	559	880	-	-	-	1.439	-
Recebíveis							
Comércio	-	42.040	-	-	-	42.040	44.104
Total	84.624	457.206	210.125	175.770	3.140	930.865	927.568

b) Concentração do risco de crédito

	2016	2015
Principal devedor	117.928	100.918
Percentual sobre o total da carteira de crédito	12,7%	10,9%
20 maiores devedores	930.865	927.568
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Risco	Nível de Provisionamento	Total da carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa			
		2016	2015	2016 (i)		2015	
				Mínima	Excedente	Existente	
AA	0,0%	261.004	114.244	-	-	-	-
A	0,5%	524.339	813.324	(2.622)	-	(2.622)	(4.067)
B	1,0%	27.594	-	(276)	-	(276)	-
D	10,0%	117.928	-	(11.793)	(11.793)	(23.586)	-
Total		930.865	927.568	(14.691)	(11.793)	(26.484)	(4.067)

(i) Provisão mínima requerida e excedente aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldos no início dos exercícios	(4.067)	(1.551)
Constituição de provisão	(22.794)	(2.516)
Reversão de provisão	377	-
Saldos no final dos exercícios	(26.484)	(4.067)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo: O montante de créditos renegociados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 representava R\$ 281.043 (2015 - R\$ 6.157). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

11. Carteira de Câmbio - Circulante

	2016	2015
Câmbio comprado a liquidar	532.041	629.177
Direitos sobre vendas de câmbio	359.005	29.350
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	6.527	4.926
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(357)	(1.796)
Total	897.216	661.657
	2016	2015
Câmbio vendido a liquidar	359.100	29.332
Obrigações por compra de câmbio	586.538	551.726
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(555.335)	(551.726)
Total	390.303	29.332

12. Outros Créditos - Diversos

	2016	2015
Recebíveis	42.040	44.104
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 20 "b")	37.521	30.020
Depósitos judiciais (i)	33.957	31.263
Antecipação de IRPJ e CSLL	7.999	15.393
Valores a receber de sociedades ligadas	3.577	-
Adiantamentos e antecipações salariais	282	401
Impostos e contribuições a compensar	93	3.393
Outros	-	3
Total	125.469	124.577
Ativo circulante	76.757	74.056
Realizável a longo prazo	48.712	50.521

(i) Em 31 de dezembro de 2016, inclui um depósito judicial no montante de R\$ 16.953 (2015 - R\$ 15.815), relativo a um processo de contingência fiscal (nota 18 "c"). Por determinação judicial, este valor foi transferido de outro processo judicial sobre operações de assunção de dívida, baixado com base na adesão ao programa de anistia fiscal instituída pela Lei nº 11.941/09.

13. Depósitos

	2016				2015	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Depósitos à vista	193	-	-	-	193	195
Depósitos interfinanceiros	-	45.875	-	-	45.875	38.120
Depósitos a prazo	-	51.736	532.574	778.512	1.362.822	425.260
Total	193	97.611	532.574	778.512	1.408.890	463.575

14. Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares:

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possui obrigação por emissão de Letras Financeiras no montante de R\$ 82.301 (2015 - R\$ 71.720) com vencimento até fevereiro de 2019.

d) Movimentação dos saldos:

	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 31/12/2016		Depósitos judiciais (i)	
	Constituição	Atualização	Constituição	Atualização	2016	2015
Trabalhistas	351	485	89	925	327	75
Contingências fiscais	-	-	-	-	11.955	11.068
Obrigações legais	19.356	284	1.330	20.970	21.675	20.120
Total	19.707	769	1.419	21.895	33.957	31.263

(i) Vide nota 12

19. Patrimônio Líquido:

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 2.221.627.157 (2015 - 2.221.627.157) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração deliberará em Assembleia Geral, a cada exercício, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos sobre o lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

20. Imposto de Renda e Contribuição Social:

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	50.409	50.409	94.807	94.807
Adições (exclusões) temporárias	(27.161)	(27.161)	(9.336)	(9.336)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(50.278)	(50.278)	(29.071)	(29.071)
Outras	23.117	23.117	19.735	19.735
Adições (exclusões) permanentes	4.355	4.356	7.452	7.428
Base tributável	27.603	27.604	92.923	92.899
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(8.281)	(8.282)	(27.877)	(27.869)
Base tributável após a compensação	19.322	19.322	65.046	65.030
Aliquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(4.807)	(3.863)	(16.238)	(10.966)
Incentivos fiscais	233	-	640	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(4.574)	(3.863)	(15.598)	(10.966)
Crédito tributário	4.240	3.261	16.436	13.584
Passivo fiscal diferido	(13.101)	(10.253)	(7.291)	(5.998)
Total	(13.435)	(10.855)	(6.453)	(3.380)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem:

	Saldo em 31/12/2015		Realização/Reversão	Saldo em 31/12/2016	
	Constituição	Realização/Reversão		Constituição	Realização/Reversão
Créditos tributários	30.020	14.838	(7.337)	37.521	
Refletido no resultado					
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	16.184	-	(3.727)	12.457	
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	7.882	876	-	8.758	
Provisões indedutíveis	4.023	2.020	(1.956)	4.087	
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	1.825	11.614	(1.548)	11.891	
Provisão para riscos de crédito	-	328	-	328	
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	106	-	(106)	-	
Total	30.020	14.838	(7.337)	37.521	
Passivo fiscal diferido					
Refletido no resultado					
Marcação a mercado de derivativos	(23.037)	(25.726)	2.372	(46.391)	
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	(17.018)	(23.020)	1.703	(38.335)	
Atualização monetária de depósitos judiciais	(6.019)	(947)	669	(6.297)	
Refletido no patrimônio líquido					
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	(91)	-	(91)	
Total	(23.037)	(25.817)	2.372	(46.482)	

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias:

Prazo de Realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º Ano	3.351	6.260	9.611
2º Ano	12.317	4.865	17.182
3º Ano	631	1.332	1.963
4º Ano	7	-	7
5º Ano	-	-	-
6º ao 10º Ano	8.758	-	8.758
Total	25.064	12.457	37.521
Valor Presente (*)	18.643	10.864	29.507

(*) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada. Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

21. Partes Relacionadas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. a) **Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2016	2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Disponibilidades	465	122	42.637	(4.198)
BNS	465	122	42.637	(4.198)
Carteira de câmbio - posição ativa	13.221	-	(248)	(1.155)
BNS	13.221	-	(248)	(1.155)
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas/ receitas (despesas) de prestação de serviços	3.577	-	24.496	26.740
BNS	3.577	-	20.696	22.790
Scotiabank & Trust (Cayman)	-	-	2.204	3.950
Scotiabank Inverlat (México)	-	-	1.596	-
Depósitos a prazo	(675)	(455)	(75)	(5.582)
BNS	-	-	-	(5.442)
Scotia Participações e Serviços	(675)	(455)	(75)	(140)
Obrigações por empréstimos	(1.306.205)	(1.411.610)	221.261	(375.220)
BNS	(1.306.205)	(1.411.610)	221.261	(375.220)
Carteira de câmbio - posição passiva	(13.178)	-	305	1.142
BNS	(13.178)	-	305	1.142
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	-	5.856	2	34
Scotiabank Uruguai	-	5.856	2	34

b) **Remuneração da administração:** Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizam R\$ 7.876 (2015 - R\$ 11.102), sendo formadas por R\$ 6.299 (2015 - R\$ 7.579), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 1.577 (2015 - R\$ 3.523), que representa remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22. Pagamento Baseado em Ações:

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 826 (2015 - R\$ 652) e a quantidade total de ações é de 6.988 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,191 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 801 (2015 - R\$ 592). **b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 3.397 (2015 - R\$ 3.527) e a quantidade total de ações é de 26.269 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,191 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.740 (2015 - R\$ 2.634). **c) Plano de Desempenho Diferido (DPP - Deferred Performance Plan):** No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.466 (2015 - R\$ 1.632) e a quantidade de ações é de 13.937 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de R\$ 0,177 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.787 (2015 - R\$ 1.120).

23. Benefícios a Empregado Pós-Emprego:

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de

contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 848 (2015 - R\$ 398). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

24. Índice de Basileia e Limites Operacionais:

O Banco apura o índice de Basileia (Novo Acordo de Capital) e os limites operacionais com base nas diretrizes do BACEN, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Patrimônio de referência (PR)	514.188	488.997
PR mínimo exigido para o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	258.273	272.246
Valor correspondente ao RBAN	280	882
Valor da margem	255.635	215.869
Índice de basileia	19,66%	19,69%
Índice de imobilização - Resolução CMN nº 2.283/96	0,63%	0,86%
Razão de Alavancagem (RA)	12,49%	15,13%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do PR ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50% do valor do PR ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco encontra-se enquadrado em todos os limites.

25. Outras Informações:

a) Em 31 de dezembro de 2016, as garantias prestadas a terceiros compreendendo créditos abertos para importação, totalizam R\$ 3.783 (2015 - R\$ 2.993) e provisão sobre garantias prestadas totaliza R\$ 19 (2015 - zero). b) Na adoção dos procedimentos contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.512/16, que dispõe sobre o registro de provisão para garantias financeiras prestadas, não houve impacto em relação ao resultado do exercício de 2016.

A Diretoria

Contador: André Luis Pereira Jório - CRC 1SP 158279/O-2

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos acionistas do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com